

Fórum de Economia Popular Solidária de Teresina – PI: protagonismo histórico e social¹

Rosângela Maria Sobrinho Sousa

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) – SP, Brasil. Diretora da Unidade de Gestão do Sistema Único de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social e Cidadania Governo do Estado do Piauí - PI, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1038860074407811>

E-mail: rosangela13sousa@gmail.com

Ana Lavínia da Fonseca Soares Daniel

Graduação em andamento em Serviço Social pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho, (ICF), Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7060470588246229>

E-mail: analaviniasoares@hotmail.com

Laís Rejane Cardoso Cavalcante Lacerda

Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho (ICF), Teresina – Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/2390015139559866>

E-mail: lais-rejane@hotmail.com

Nágela Maria Carvalho de Sousa

Graduação em Serviço Social pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho (ICF), Teresina – Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/9867439945074188>

E-mail: nagelamaria27@hotmail.com

Submetido em: 16/06/2016. Aprovado em: 13/06/2017. Publicado em: 15/07/2017.

RESUMO

Trata-se de abordagem exploratória com o objetivo de analisar a trajetória do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí, Brasil. Para a consecução do proposto, a revisão de literatura contempla o trinômio Economia Solidária, Poder Público e participação social, sem relegar aspectos históricos alusivos ao referido Fórum. Os procedimentos metodológicos per se incorporam pesquisa documental e de campo. A primeira prioriza o acervo da Secretaria Executiva do Fórum; a segunda compreende entrevistas semiestruturadas aplicadas junto a integrantes do Fórum. Dentre os resultados referentes ao protagonismo do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí, destacam-se o conceito de Economia Solidária; a estrutura organizacional e a dinâmica da instituição; os desafios e avanços vivenciados. Ao final, infere-se que o Fórum representa marco de democracia e de mudanças na sociedade local, uma vez que se caracteriza como a própria participação da sociedade civil em conjunto com o Governo na conquista para a efetivação de políticas públicas, embora ainda haja longo caminho a percorrer, como ocorre com iniciativas desta natureza.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária. Economia Solidária. Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí. Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí.

¹ Relatório de Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido junto à Coordenadoria de Serviço Social do Instituto Camillo Filho, Teresina – Piauí, envolvendo uma docente-pesquisadora e três alunas do Curso de Graduação em Serviço Social, duas das quais bolsistas do Instituto. Esclareça-se que a docente fez o seu doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e é docente aposentada da Universidade Federal do Piauí.

Forum of Popular Solidarity Economy of Teresina – Piauí, Brazil: historical and social leadership²

ABSTRACT

It is an exploratory approach with the objective of analyzing the trajectory of the Municipal Forum of Popular Solidarity Economy of Teresina - Piauí, Brazil. In order to achieve this, the literature review contemplates the Solidarity Economy, Public Power and Social Participation trinomial, without relegating historical aspects alluding to the Forum. The methodological procedures per se incorporate documentary and field research. The first one prioritizes the collection of the Executive Secretariat of the Forum; the second comprises semi-structured interviews with members of the Forum. Among the results related to the protagonism of the Municipal Forum of Popular Solidarity Economy of Teresina - Piauí, stand out the concept of Solidarity Economy; the organizational structure and dynamics of the institution; the challenges and advances experienced. In the end, it is inferred that the Forum represents a framework of democracy and changes in local society, since it is characterized as the participation of civil society in conjunction with the Government in the conquest for the implementation of public policies, although there is still a long way to go, as with initiatives of this nature.

Keywords: *Popular solidarity economy. Solidarity economy. Popular solidarity economy of Teresina - Piauí. Municipal Forum of Popular Solidarity Economy of Teresina - Piauí.*

Foro de Economía Popular Solidaria de Teresina - Piauí, Brasil: protagonismo histórico y social³

RESUMEN

Se trata de enfoque exploratorio con el objetivo de analizar la trayectoria del Foro Municipal de Economía Popular Solidaria de Teresina - Piauí, Brasil. Para la consecución de lo propuesto, la revisión de literatura contempla el trinomio Economía Solidaria, Poder Público y participación social, sin relegar aspectos históricos alusivos al referido Foro. Los procedimientos metodológicos per se incorporan investigación documental y de campo. La primera prioriza el acervo de la Secretaría Ejecutiva del Foro; la segunda comprende entrevistas semiestructuradas aplicadas junto a integrantes del Foro. Entre los resultados referentes al protagonismo del Foro Municipal de Economía Popular Solidaria de Teresina - Piauí, se destacan el concepto de Economía Solidaria; la estructura organizativa y la dinámica de la institución; los desafíos y avances vivenciados. Al final, se infiere que el Foro representa un marco de democracia y de cambios en la sociedad local, ya que se caracteriza como la propia participación de la sociedad civil en conjunto con el Gobierno en la conquista para la efectivación de políticas públicas, aunque todavía hay largo el camino a recorrer, como ocurre con iniciativas de esta naturaleza.

Palabras clave: *Economía popular solidaria. Economía solidaria. Economía popular solidaria de Teresina - Piauí. Foro Municipal de Economía Popular Solidaria de Teresina - Piauí.*

² Report of the Scientific Initiation Project, developed by the Coordination of Social Service of the Camillo Filho Institute, Teresina - Piauí, involving a researcher and three students of the Undergraduate Program in Social Work, two of whom are fellows from the Institute. It is clarified that the professor did his doctorate at the Pontifical Catholic University of São Paulo and is a retired professor at the Federal University of Piauí.

³ Relatório de Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido junto a la Coordenadoria de Serviço Social del Instituto Camillo Filho, Teresina – Piauí, con la participación de docente-investigadora y tres alumnas del Curso de Graduación en Servicio Social, dos de las cuales becarios del Instituto. Se aclara que la docente hizo su doctorado en la Pontificia Universidad Católica de São Paulo y es docente jubilada de la Universidad Federal de Piauí.

INTRODUÇÃO

O estudo refere-se à abordagem exploratória com base em pesquisa bibliográfica e documental, com vistas a analisar as razões intrínsecas e extrínsecas determinantes da trajetória histórica e do funcionamento do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí (FMEPS – TE), incluindo contextualização, organização, dinâmica de funcionamento e principais entraves e avanços presentes na caminhada. Isto porque fundamenta-se no pressuposto de que a instância em questão contribui para originar ou fortalecer iniciativas populares e governamentais de geração de trabalho e renda, objetivando a melhoria das condições de vida de considerável parcela da população teresinense, ao tempo em que proporciona a organização de empreendimentos econômicos solidários (EES), do poder público (PP) e de entidades de assessoria e fomento (EAF) atuantes na área de economia solidária (ES). Pretende-se, ainda, contribuir para o aprimoramento e a consolidação da participação social junto às políticas públicas na área de ES, numa perspectiva crítica e de reafirmação de direitos dos cidadãos.

Para a consecução do proposto, a pesquisa documental ocorre entre setembro e outubro de 2014 e a pesquisa de campo data de outubro a dezembro do mesmo ano. A primeira prioriza o acervo da Secretaria Executiva do Fórum, tomando como referência atas e relatórios de reuniões; listas de frequência e convocatórias de atividades; deliberações e encaminhamentos adotados. A segunda compreende entrevistas semiestruturadas, com roteiro preestabelecido contendo nove questões relacionadas com os itens – levantamento histórico; aspectos conceituais, organizacionais e legais; desafios e conquistas. À época, o instrumento de coleta é aplicado a 14 (19,18%) integrantes do fórum, dentre o total de 73, selecionados em diferentes organizações envolvidas com a ES, dos quais 51 atuam como

membros do referido Fórum. Mediante a técnica de amostragem não probabilística por fácil acesso ou acesso mais fácil ou amostragem de conveniência,

quando a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador no sentido de que a seleção recai em membros mais acessíveis do universo, dentre as 14 unidades amostrais, oito são oriundos dos EES; dois, do PP; e quatro de entidades de assessoria e fomento, observando-se o princípio da paridade recomendado no Regimento Interno do FMEPS – TE.

Outra medida observada consiste na apresentação adequada de documentos obrigatórios para submissão do projeto ao Comitê de Ética da Pesquisa (CEP), conforme disciplina a Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, o qual aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Por conseguinte, a pesquisa tem início tão somente após sua aprovação na instância ora referida. Também é relevante ressaltar que, quando da apresentação dos resultados centrais, como nesta etapa da investigação, não é objetivo da pesquisa cotejar a posição dos representantes das organizações envolvidas, as respostas são apresentadas sempre sem confrontá-las segundo sua origem ou qualquer outra dimensão.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, PODER PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nos últimos anos, em todas as partes do mundo, vem se ampliando a adesão às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão democrática, na cooperação, na solidariedade, no respeito à natureza, na promoção da dignidade e na valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável, global e coletivo. É preciso reafirmar que a cooperação entre os indivíduos se inicia desde que o homem percebe maior eficiência nas atividades em que passa a contar com a ajuda de seus semelhantes. As primeiras cooperativas, como se conhece hoje, datam do final do século XVIII, no continente europeu, especificamente, na Inglaterra (BRASIL, [20--]).

No Brasil, a Economia Popular Solidária tem sua origem histórica nas práticas produtivas associativas e solidárias entre membros de uma mesma comunidade, etnia ou classe social (BRASIL, 2003, 2013). O Estado brasileiro vivencia visível transformação social em virtude da ampla e crescente crise do trabalho intensificada a partir dos anos 80 do século XX. Essa crise se faz sentir em diferentes instâncias. Dentre elas: a desindustrialização que implica a perda de milhões de postos de trabalho; a abertura do mercado, que acirra a competência global e o desassalariamento em massa; o desemprego maciço e de longa duração. Diante de tantas mudanças, o governo brasileiro assume compromissos no tocante à participação social, destacando-se seu reconhecimento como direito legítimo, à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição da República Federativa do Brasil, ano 1988.

De fato, desde 2003, o governo federal passa a investir na construção de uma política nacional de Economia Solidária, reconhecendo o acúmulo de esforços de milhares de organizações da sociedade civil e de governos estaduais e municipais. Para viabilizar tal intento, o governo institui a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Quer dizer, a trajetória da política pública de ES é percebida como conquista social genuína e legítima, o que significa ser fundamental compreender a visão gramsciana de Estado, sobretudo, em sua concepção sobre a superestrutura:

A sociedade política está constituída pelos órgãos das superestruturas encarregados de implementar a função de coerção e domínio, ao passo que a sociedade civil é conformada pelo conjunto de organismos, usualmente considerados “privados”, que possibilita a direção intelectual e moral da sociedade mediante a formação do consenso e a adesão das massas. A trama da sociedade civil é formada por múltiplas organizações sociais, de caráter cultural, educativo e religioso, mas também político e, inclusive, econômico. Por seu intermédio, difundem-se a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado, e se articulam o consenso e a direção intelectual e moral do conjunto social. Nela se forma a vontade coletiva, se articula a estrutura material da cultura e se organiza o consentimento e adesão das classes dominadas (ACANDA, 2006, p. 175).

Nesta perspectiva, e com base na posição de Gramsci, no contexto italiano de sua época, entende-se como válida a ideia de dilatar a comissão interna, constituída, em 1905, na empresa Ítala, e, então, reunir um conselho operário de empregados e técnicos:

As comissões internas são órgãos da democracia operária, que devem ser libertados das limitações impostas pelos empresários e aos quais deve infundir vida nova e energia. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalismo na fábrica e desempenham funções de arbitragem e de disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário, que substitui o capitalismo em todas as suas funções úteis de direção e de administração (GRAMSCI, 1954, *apud* WANDERLEY, 2012, p.147).

Na história brasileira, argumenta o autor supracitado, está patenteada a complexidade dos conselhos de fábrica e dos conselhos populares. No entanto, ainda que controversas, é quando surgem como alternativas as experiências de ES. A depender das especificidades e dos limites de cada situação concreta, certos aportes gramscianos podem ser identificados na Economia Solidária:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém (SINGER, 2002, *apud* WANDERLEY, 2012, p. 147).

Para o filósofo australiano Peter Albert David Singer, a ES consiste em outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Baseia-se, ainda, na autogestão e, sobretudo, em lutas emancipatórias que modifiquem as instituições para a concretização de práticas democráticas e constituição de redes cooperativas. Tal confronto torna-se mais e mais comprometedor, uma vez que o capitalismo prevalece há tanto tempo

que paira certa tendência para considerá-lo “normal ou natural.” Neste sentido, a economia de mercado deve ser cada vez mais competitiva diante da existência de sociedades profundamente desiguais. É ainda esse autor quem diz:

[...] o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornem inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcam tanto que ninguém mais quer empregá-los [...] (SINGER, 2002, p. 8).

Para superar tal situação e até como estratégia de sobrevivência, as vítimas da crise lutam por sua inserção mediante diferentes estratégias, incluindo o trabalho autônomo, individual ou de forma associativa. Dentre tais iniciativas, destaca-se o movimento de ES, em que a economia é entendida como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para viver. Dito de outra forma, a base da Economia Solidária é constituída por relações de cooperação e do fortalecimento do grupo e das comunidades.

Isto é, cada membro do grupo pensa irreversivelmente no bem de todos, em seu próprio bem e nos cuidados com o meio ambiente.

Por oportuno, explica-se que o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina, conforme explicitado em seu Regimento Interno, Artigo 1º, apresenta-se como campo privilegiado de estudo na condição de “espaço permanente de representação, interlocução, articulação, discussão, proposição, troca de saberes e fomento ao apoio para o desenvolvimento da ES na cidade, congregando empreendedores solidários, gestores públicos e entidades de assessoria e fomento” (TERESINA, 2014b, não paginado). Isto reforça o FMEPS – TE como canal legítimo de vocalização de demandas e manifestações dos cidadãos, acarretando transformações na inter-relação Estado versus sociedade.

Além de representar abertura como canal de participação social no poder decisório, também é fruto de luta social em prol de uma sociedade mais justa e de uma legislação mais participativa e integradora.

FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ: RETOMADA HISTÓRICA

Reitera-se a Economia Popular como prática da solidariedade no campo econômico, uma vez que, ao propiciar a cooperação entre os participantes, possibilita que todos sejam favorecidos. Como Singer (2005) argumenta, na ES, as relações sociais de produção são sempre democráticas. É a necessidade de aproximação do cidadão com o Estado, criando e revitalizando mecanismos de participação e de controle social, considerando sua indispensabilidade para o exercício de execução ou de gestão compartilhada, fiscalização, avaliação e monitoramento das políticas públicas, segundo fala de Sousa (2001) e de Sousa e Teixeira (2015). Aliás, Singer e Silva e Schiochet (2014, p. 427) reforçam esta ideia:

Para que o desenvolvimento solidário aconteça, é preciso que a comunidade saiba que poderá contar com o apoio de governos municipal, estadual e/ou federal. O apoio que o Poder Público pode aportar aos empreendedores de Economia Solidária tem diversas formas: assessoria técnica, formação profissional, abertura de crédito e assessoria para a constituição de bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito, por exemplo, que permitirão à comunidade reinvestir seu excedente e dessa forma passar a depender cada vez menos da ajuda governamental.

Do ponto de vista do movimento social em Economia Solidária, destaca-se o papel inovador e pioneiro do Fórum Estadual do Piauí, instalado em 13 de fevereiro de 2004, com a integração de seis organizações envolvidas com o tema. Ressalta-se, também, que o fortalecimento e a ampliação dos trabalhos ocorrem, no Estado, desde o I Encontro Estadual de Economia Solidária, com apoio da Delegacia Regional do Trabalho (DRT – PI), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), e, principalmente, graças ao empenho de entidades empreendedoras com assento no Fórum.

Entre elas: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos (Ascamares); Cáritas Regional do Piauí; Pastoral do Migrante; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetag); Obra Kolping do Piauí; União das Mulheres Piauienses (UMP); Secretaria da Assistência Social e Cidadania (Sasc); e Rede Cidadã Talher.

Questão importante refere-se, também, à aprovação e à sanção da Lei Ordinária n. 6.057, de 17 de janeiro de 2011, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Piauí, cuja diretriz máxima é a promoção da Economia Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas. Acrescenta-se que a Lei em pauta está regulamentada pelo Decreto n. 14.748, de 10 de fevereiro de 2012. Por fim, a instalação do Conselho Estadual de Economia Solidária do Piauí, em 2013, representa decisivo alento que contribui para comprovar que chegara a hora de instalação da respectiva instância no Estado do Piauí.

Diante do cenário exposto e ancorados na tese de Demo (1988), para quem “participação é conquista”, os movimentos organizados na área de ES, na capital Teresina, sempre defenderam a criação de um espaço aglutinador dos setores sensíveis à estruturação de uma política pública nesse âmbito, o que, efetivamente, se dá no município graças à instalação do FMEPS – TE. A este respeito, Sousa e Teixeira (2015, p. 207) posicionam-se com propriedade:

Ao final de seu primeiro ano de trabalho, a Secretaria acata as reivindicações do movimento no sentido de formalizar a instalação do Fórum Municipal, e solicita do FEESPI [Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí], por meio do ofício nº 539/13, que contribua com o referido processo e se prontifique a apoiar na medida do possível. O FEESPI, por sua vez, atende prontamente a solicitação e institui uma Comissão para apoiar a iniciativa [...] A partir de então, adotam-se várias e variadas atividades, sempre com a participação das três instâncias constituintes do segmento, deflagrando o

processo de instalação do Fórum. Finalmente, no dia 21 de fevereiro de 2014, o FMEPS – TE é efetivamente instalado e seus membros empossados.

Em tão importante espaço, concentram-se, a partir de então, os principais atores responsáveis pelo movimento na capital, juntamente com as respectivas instâncias representativas. Dentre os principais envolvidos na consolidação do FMEPS – TE (PIAUI, 2014), ganha força a participação de movimentos sociais e de setores produtivos, a exemplo de vários segmentos de artesanato, pequenos produtores rurais, grupos ligados à cultura, associações e cooperativas de pequenos produtores, além de entidades ligadas à assessoria e ao fomento de políticas sociais e da atuação da Senaes e da Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina (Semest).

Em síntese, a existência e a dinâmica de funcionamento do FMEPS – TE estão disciplinadas em seu Regimento Interno, aprovado pelos pares quando de sua instalação, assim como sua legitimidade está garantida, sobretudo, graças ao Fórum Brasileiro e ao Fórum Estadual da área. Ambos se destacam por sua atuação relevante, inclusive com a realização de três conferências nacionais com a respectiva etapa estadual, sendo a III e última Conferência, 2014, chamada “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável.”

É evidente, pois, que o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí (2014a, 2014b) vem assumindo várias e variadas atividades voltadas ao fortalecimento do movimento social, integrando, sempre, as três instâncias constituintes do segmento – poder público, isto é, representação de governo; empreendimentos econômicos solidários (EES) e entidades de assessoria e fomento (EAF), deflagrando o desafiante processo de consolidação do FMEPS – TE na capital piauiense.

FÓRUM DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ: SOBRE SEU PROTAGONISMO

Em se tratando dos resultados centrais, estes apresentam como principais produtos o conceito de ES; efetividade das ações; estrutura organizacional e dinâmica do FMEPS – TE; desafios e avanços presentes na caminhada, segundo a visão dos(as) entrevistados(as).

CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em se tratando de conceito, vale a pena retomar a ideia de que a expressão – conceito e/ou conceituação – é utilizada ao longo do tempo, sem muito rigor. Como Targino (2014) explicita, suas acepções mais comuns estão sempre relacionadas à ação de os indivíduos expressarem um pensamento, uma opinião e/ou uma ideia sobre objetos, fatos e fenômenos que os circundam, de forma subjetiva e superficial. Porém, visto com maior profundidade e dentro do prisma filosófico de busca para indagações imbuídas nos objetos e nos fenômenos da natureza, o conceito é a representação desses objetos e fenômenos pelo pensamento e por meio de suas características gerais.

Consequentemente, todos os conceitos de conceitos deixam a impressão de que algo foi suprimido, distorcido ou demasiadamente simplificado. De fato, apesar de constituírem, desde a Antiguidade, tópico de grande interesse dentro da filosofia aristotélica e, posteriormente, dentro da psicologia, os conceitos apresentam significativa controvérsia. As dificuldades de se definir conceito estão relacionadas, em primeiro lugar, à ampla variedade de fenômenos que podem ser tidos como conceitos. Também a busca de atributos comuns a esta quantidade extraordinária de fenômenos é desencorajadora, visto que, além de ser irrisório o número de atributos, sua aplicabilidade a toda e qualquer gama de entidades abrangidas é quase sempre incerta, bem como também é incerta a compreensão que oferecem a respeito da natureza essencial dos conceitos.

Outro elemento que acentua a discórdia nos estudos do conceito do conceito é o fato de as diferenças entre as entidades serem significativas, assumindo relevância muito maior que as semelhanças.

Aliado a tudo isto, existem distintas condições experimentais de que se utilizam os estudiosos da área e, também, a diversidade das teorias concernentes ao assunto, agrupadas, em geral, em behavioristas e cognitivistas. Logo, reconhecendo-se a complexidade da emissão de conceito e, portanto, a impossibilidade de explorar minuciosamente as falas dos 14 depoentes, tomando por base pronunciamentos mais ricos acerca do entendimento sobre Economia Solidária, no caso, a partir da pergunta “o que é ES?”, as respostas recorrentes, com poucas variações, são assim enunciadas: “uma nova forma de trabalhar a economia, de modo coletivo e autogestionário” (Representante de EAF); “é uma nova forma de trabalhar a economia. Além de ser um trabalho de autogestão, possui um processo participativo” (Representante de EES).

Há quem sustente visão mais ampla e destaque a Economia Solidária como um “[...] novo jeito de viver, de comercializar, fundando-se em novos valores, em nova concepção de mundo, de realidade, de sociedade e que serve para articular, mobilizar os empreendimentos e para discutir o rumo das políticas públicas”, segundo sustenta um dos Representantes do PP.

Outro item importante que emerge entre os entrevistados se refere à preservação do meio ambiente ou à produção sustentável. Isto porque o movimento de Economia Solidária mantém inquietação constante no que concerne às questões ambientais. Elas emergem como temática nas entrevistas tanto como item relacionado ao ato de produzir de forma sustentável quanto no tocante à educação de produtores e/ou empreendedores ante as condições naturais e de influências que atuam sobre organismos vivos e seres humanos, contemplando, ainda, o desenvolvimento de habilidades e atitudes, com o fim precípua de propiciar e fortalecer consciência crítica acurada sobre a sustentabilidade do meio ambiente.

Há uma série de depoimentos que reitera tal preocupação, tal como afirma o entrevistado:

É uma opção política e metodológica de trabalhar a forma de produzir, vender e trocar. Visa ao bem-estar e ao bem viver, pois respeita o consumidor; não visa ao lucro. Preocupa-se com a gestão compartilhada e, principalmente, com o meio ambiente. Tem que produzir, mas também tem que deixar condições para as gerações futuras produzirem (Representante de EAF).

Há outros registros em linha similar. Exemplificando: (1) “me (*sic*) preocupo quando escolho a matéria-prima. Como será sua preservação? Como fazer para repor o produto na natureza? Será que sempre haverá o produto?” (Representante de EES). (2) “sempre converso com minhas colegas no empreendimento: não joguem lixo no chão. Com frequência, o pessoal joga bagana de cigarro, palito de fósforo, pedaço de sabão, latinha de refrigerante, e, pior, acha que não é nada” (Representante de EES).

Referindo-se ao mesmo tema, outras falas recorrentes afirmam: “gosto de saber que no processo produtivo em ES não tenho patrão” (Representante de EES). E há quem, a exemplo de um Representante de PP, posicione a ES como elemento decisivo em oposição ao capitalismo: “é uma nova forma de economia, de contraponto ao capitalismo cruel que está aí. É o resgate da memória e da cultura local.” Criatividade e singularidade do produto também conquistam destaque, conforme transcrição de um dos respondentes:

[...] é uma economia diferente. Cada empreendedor se beneficia com o desempenho de cada um para um só resultado. Coletividade, criatividade e respeito mútuo caracterizam a Economia Solidária. O meu produto pode ser parecido com o teu, mas não é melhor, nem pior. É apenas diferente (Representante de EES).

Na realidade, os pesquisados chamam atenção, também, para o caráter coletivo da produção, sem o qual os empreendimentos econômicos solidários não se caracterizam como solidários, como esta fala de Representante de EAF ilustra bem: “a gestão é de partilha. É coletiva. Tudo é socializado – produção e ganhos.” Indo além, há quem perceba a ES como iniciativa social e intersetorial, cuja

vocação fundamental é “[...] trabalhar em diversas ações para a população. Caracteriza-se como ação social, ação produtiva, inserção na comercialização dos produtos e solidariedade, tentando fazer chegar o desenvolvimento a todas as comunidades, sem distinção” (Representante do PP).

Dentro das perspectivas de quão difícil é expressar conceitos ou analisá-los, registram-se depoimentos que expõem esperanças, mas, ao mesmo tempo, demonstram incerteza quanto ao alcance da Economia Solidária: “o movimento de ES diz que estamos construindo outra economia. Isto eu não sei, mas sei que precisamos inventar outro jeito de viver. Como está, é muito difícil” (Representante de EES).

EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ

Convém salientar que as respostas dos entrevistados, de modo geral, deixam transparecer que o impacto do trabalho realizado pelo Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí ainda é incipiente, notadamente no que concerne à efetiva e concreta influência do órgão quanto à implantação e/ou adoção de políticas, programas e ações governamentais que conduzam à significativa diferença no plano da comercialização. As mudanças mais significativas são visibilizadas, substancialmente, no campo político e não no plano econômico. Trechos de testemunhos delineiam com propriedade esta assertiva, como ora transcrito:

Nós já temos o que comemorar, isto é verdade! Melhor dizendo, verdade que gostamos de admitir: temos local de reunião, somos reconhecidos, nos juntamos a muitas pessoas que pensam como nós [...] No entanto, ainda temos muito chão pela frente. Nos (*sic*) falta local específico, pode até ser apenas uma sala, mas efetivamente nossa; nos falta (*sic*) alguns móveis para guardar nossos documentos; nos falta (*sic*) programas e projetos de feira, que sejam permanentes, estrutura para participarmos destes trabalhos. Por mais difícil que seja produzir, já conseguimos nos organizar para tal. Desafiante mesmo é vender. Comercializar é ter condições de continuar vivendo do que sabemos fazer (Representante de EES).

Ainda que por outro caminho, a representação governamental posiciona-se em idêntica direção:

Nós dispomos de poucos recursos, ainda que com muito respeito e incontestável determinação de nosso secretário Olavo [Braz] e sua equipe, mas nosso caminho está apenas começando. Precisamos de muito mais condições de realizar atividades de capacitação, com programação e planejamento efetivos e construídos conjuntamente; atividades de apoio, monitoramento e assessoria também compondo um planejamento de trabalho realizado pelo Fórum em acordo com a SEMEST. Sei que será melhor, mas tenho pressa em contribuir. Tenho receio de sair da Secretaria [Municipal de Economia Solidária de Teresina] e não fazer coisas estratégicas que tanto idealizei. Meu conforto é saber que já há uma semente plantada (Representante do PP).

COMPOSIÇÃO SOCIAL E REPRESENTATIVIDADE DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ

A representatividade do FMEPS – TE apresenta-se de forma bastante diversificada e até desigual. Para ilustrar esta assertiva, segue resumo contendo a representatividade percentual das 51 instituições/entidades constituintes do fórum por segmento:

Natureza das entidades	N	%
Poder público	1	1,96
Empreendimentos econômicos solidários	38	74,51
Entidades de assessoria e fomento	12	23,53
TOTAL	51	100,00

Vê-se, pois, que o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí, em sua composição social, consta, prioritariamente, com representação de EES (74,51%) e EAF (23,53%), contando apenas com um membro (1,96%) do poder público. Em outras palavras, no que tange ao assento no fórum, ocorre a predominância do movimento de ES e não do Estado. Justificativa para este fato pode residir nas próprias dificuldades enfrentadas pelo segmento para produzir e comercializar, além da existência do citado Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí,

o Feespi, bastante atuante e líder na organização dos empreendimentos no Estado, como pronunciamento literalmente compilado confirma:

Se não estivéssemos organizados e soubéssemos o que buscamos, talvez ainda não existisse o nosso Fórum. Foram muitos anos buscando, a nossa vivência no FEESPI e as atividades que iam sendo realizadas por várias entidades, como a Cáritas [Regional do Piauí], a Obra Kolping [do Piauí], o próprio Governo, através da SASC e tantas outras coisas [...] As conferências e as feiras é que foram nos abrindo os olhos (Representante de EAF).

Ressalte-se, também, que os membros do fórum não recebem nenhuma remuneração para o exercício de suas funções, consideradas de relevância pública. Uma curiosidade consiste no fato de que as divergências internas e as que estão, de uma forma ou de outra, relacionadas com o Poder Executivo parecem pouco significativas ou mesmo pouco frequentes.

No entanto, alguns dos pesquisados destacam constituir forte desafio da entidade o fortalecimento de sua própria identidade, uma vez que os envolvidos, às vezes, não conseguem visualizar claramente a tênue diferença entre alguns grupos, como aqui mencionado:

Desafio é definir quem são os grupos de empreendimento, pois existem vários grupos individuais e coletivos que se identificam como Economia Solidária. Analisar qual o perfil, como [...] caracterizá-lo [é essencial], pois para ser Economia Solidária tem que manter uma gestão compartilhada e [...] não se deve ter lucro (Representante de EAF).

Ainda sobre o tema, outra declaração coletada é bem significativa:

Às vezes tenho dúvidas sobre este negócio de que algumas Entidades que participam do Fórum sejam (ou não) de Economia Solidária, pois ainda não conhecemos bem nem as entidades, nem o que seja de verdade Economia Solidária. Mesmo assim, prefiro seguir na caminhada... Acredito que o tempo vai corrigindo os problemas, as “gorduras”, como a gente fala. Acho que precisamos de capacitação. Já falei que precisamos correr atrás (Representante de EAF).

ESTRUTURA ORGANIZATIVA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ

No tocante ao item estrutura organizativa e dinâmica de funcionamento do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí, registram-se posicionamentos que atestam a importância da vivência junto ao Fórum Estadual para a articulação do FMEPS – TE:

A experiência junto ao Fórum do Estado foi decisiva para a estruturação do municipal. Ali vimos como era importante o estar junto. Então, começamos a ter

iniciativa de pensar algo semelhante para Teresina. Nós, sociedade civil, tínhamos a necessidade de um espaço onde os movimentos pudessem discutir as políticas. Um local onde se pudesse mediar e articular; local que servisse de ponte entre empreendimentos, capacitadores e gestores públicos, ou seja, de interlocutor para essas entidades (Representante de EAF).

Ainda a respeito do item em pauta, as unidades amostrais envolvidas na pesquisa ressaltam, com certa incidência, a importância de registrar sua própria história e documentar a caminhada. Insistem na relevância de manterem instrumentos normativos construídos por eles, segundo palavras *ipsis litteris* de um representante de EES: “alegramos saber que já construímos alguma coisa, isto é, já temos nosso Regimento Interno, com as regras como vamos nos relacionar. Temos, inclusive, ata de fundação do fórum.” E acrescenta:

[...] nós mesmos decidimos que queremos nos encontrar a cada dois meses, em reunião. Também falamos que a Coordenação Geral deve se reunir todo mês. Para dizer a verdade, isto não está sendo bem seguido, mas para melhorar só depende de nós (Representante de EAF).

É consensual que a criação de canais próprios de divulgação das ações e comunicação entre fórum e sociedade é imprescindível. Além disso, consiste em estratégico instrumento de transparência e, como tal, requisito fundamental para o controle social. Mesmo assim, concretamente, não há registro de ações planejadas em direção à ocupação de espaços que viabilizem tal objetivo. A este respeito, um entrevistado assim se pronuncia:

“nós trabalhamos muito, nos dedicamos com afinco, mas não dispomos de canal próprio de comunicação Fórum versus sociedade. Assim, as pessoas muito pouco conhecem acerca da nossa luta” (Representante de EAF).

DESAFIOS E AVANÇOS NO ÂMBITO DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ

No item desafios enfrentados pelo fórum para sua consolidação, as principais reivindicações referem-se à infraestrutura e à capacitação para gestão e comercialização. Eis expressões comuns: “precisamos de espaços adequados para comercialização; campanhas de consumo solidário; feiras populares organizadas e permanentes para conseguir visibilidade nacional e internacional para os produtos locais” (Representante de EES). Outro representante, também, de EES, vai além e diz: “vejo claro que precisamos de local para produzir e comercializar os produtos; capacitação e formação dos grupos; fortalecimento do movimento e redução das desigualdades nos investimentos aplicados no agronegócio e na Economia Solidária.”

Em contrapartida, a solicitação de apoio governamental para a realização de ações também conquista espaço, à semelhança do depoimento de um dos representantes de EAF, para quem, “[...] nos quesitos investimentos e capacitações, o governo nos deve muito. Precisamos desse apoio, mas ainda somos impotentes para conseguir o que queremos e na velocidade de que necessitamos.” Na mesma linha de pensamento, há quem complemente: somos, sim,

[...] reconhecidos e gratos por tudo que já conquistamos, apesar de ter demorado muito a organizarmos nosso próprio Fórum. Temos Regimento Interno e outras conquistas. No entanto, nos falta uma sede onde possamos fazer [...] reuniões e também termos cópia dos documentos que produzimos. Por exemplo, nunca recebemos cópia de nosso Regimento, das atas das reuniões, nem da lista de membros do Fórum (Representante de EES).

Determinação e firmeza quanto ao fato de suas reivindicações tratarem de condições de trabalho mais eficientes aparecem ao longo do estudo.

Alguém diz:

“uma coisa é certa. Não queremos esmolas e nem pedimos, principalmente, emprego. O que buscamos é condição para produzir, vender e viver, conforme nossa própria experiência e capacidade de produzir” (Representante de EES).

E mais, quando questionados sobre as medidas mais significativas efetivadas pelo FMEPS – TE, os pesquisados expressam respostas valiosas e recursivas em seu teor. Há quem afirme:

[...] dentre as estratégias assumidas pelo Fórum, no momento inicial de sua organização, foi a de que a Coordenação Geral deveria participar de diferentes atividades. Dentre elas, acho muito importante a decisão de contribuir com o processo organizativo da III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) e de realizar a I Conferência Municipal de Economia Solidária (Representante do PP).

Aliás, a realização da I Conferência Municipal, na capital do Piauí, é amplamente reconhecida como “[...] um passo importante. Parece um sonho.” Ademais, segundo os depoentes, são de fundamental importância para a consecução dos objetivos propostos pelo FMEPS – TE os sistemáticos diálogos travados entre membros e dirigentes de organismos governamentais, incluindo bancos populares, autarquias, secretarias e outros, além de instâncias originárias da sociedade civil, a exemplo das organizações não governamentais. Alguém assegura estar muito

[...] feliz, pois já conversamos com várias autoridades e já participamos de várias reuniões, sempre para discutir o calendário de ações, como o Teresina Fashion Week; Ecomoda; Expressão Afro Religiosa [...]; e outros [eventos]. Acredito que vamos melhorar, e estou confiante na discussão sobre crédito, o que me anima muito (Representante de EES).

Há pronunciamentos que enfatizam a relevância do espaço de debates e de capacitação então criado. Exemplificando: conversar com o poder público e discutir o calendário de atividades que “[...] nos convém me enche de responsabilidade e fé de que tudo vai dar certo [...] Cito a discussão sobre os problemas do *Shopping* da Cidade, do qual faço parte e fico confiante” (Representante de EES); “eu sou da Lavanderia Pública e debater sobre o que

precisamos para melhor produzir é muito bom para mim e para todas as minhas companheiras. Quero ver mais do que a discussão. Quero ver mudar mesmo nossa condição de trabalho” (Representante de EES); “eu sou ceramista. Sempre trabalhamos muito. Com o fórum, espero conquistar mais crédito para produzirmos bem mais e recebermos capacitação para melhorar a qualidade do nosso produto” (Representante de EES); e, “sou de um grupo de fomento. Sempre quis participar, organizar uma capacitação para nosso povo. Estou acreditando que agora sai” (Representante de EAF).

É instigante observar como os envolvidos com a Economia Solidária querem, de fato, participar, na acepção de integrar, vivenciar e compartilhar. No entanto, nem sempre é fácil, em particular, para as mulheres, em função do acúmulo de funções, à semelhança da mulher que afirma: “eu gostaria de ajudar muito mais. Aprender mais, participar mais, mas quem vai preparar minhas peças, meus produtos?”, questiona uma representante de EES. De forma similar, outra companheira, também vinculada a empreendimentos econômicos solidários, acrescenta: “como posso participar mais da organização do movimento: ou estou trabalhando em casa ou estou cuidando de meus produtos, seja produzindo as peças, seja vendendo [...] Qual o tempo fora disto para qualquer coisa?” E há quem lembre, como o faz um representante do poder público: “é mais fácil produzir, apesar das dificuldades, do que vender. Este é um dos pontos que compete a nós ajudar.”

Dentre as dificuldades relatadas, está a questão de relacionamento com a instância estadual que, às vezes, parece conflitante, como aqui ressaltado: “o maior desafio é a agregação dos fóruns, notadamente o estadual com o municipal. Às vezes parece que querem competir entre eles.” (Representante de EES). Percebe-se, então, certa desconfiança entre as partes, apesar das falas quase sempre favoráveis sobre o bom relacionamento existente entre as instâncias: “o governo possui interesses diferentes da sociedade e sempre diz que não possui recursos, o que não é bem uma verdade” (Representante de EAF).

Em síntese, no aspecto desafios, as observações principais e mais recursivas dizem respeito aos temas seguintes: comercialização justa; capacitação; relacionamento entre as diferentes esferas e as entidades; infraestrutura compatível com as demandas; local adequado para funcionamento; e disponibilidade para participação efetiva. Quanto ao item – avanços –, os pontos mais citados referem-se à própria existência do fórum e às relações com as esferas administrativas e com a sociedade civil, incluindo a instalação da Secretaria Executiva, sob a responsabilidade da mencionada Semest, que apoia o fórum em diferentes momentos. Eis algumas falas: “é quase inacreditável que já tenhamos uma secretaria executiva para cuidar de nossas coisas” (Representante de EES); “não temos sede, por enquanto, mas temos local de referência onde nos encontramos [no caso, as instalações da Semest] (Representante de EAF).”

A declaração de parcerias com entidades de assessoria e fomento, com o poder público e com empreendimentos econômicos solidários diversos é repetida várias vezes, tal como afirma um representante de EES: “temos uma secretaria que não nos atrapalha. Podemos nos reunir, usar o telefone, computador, o que preciso for. Até secretária temos, embora apoio concreto ainda nos falte.” Mais entrevistados insistem no trabalho conjunto com pessoas e instituições para um fim de interesse comum, embora reconheçam o risco de possíveis deficiências: “dentre os principais parceiros do FMEPS – TE, temos: o Banco Popular, a Semest, algumas faculdades e universidades, alguns movimentos, embora falte apoio efetivo” (Representante de EES). Mais ainda: “como principais parceiros, temos incubadoras de universidades, gestores públicos comprometidos com a Economia Solidária – Senaes e Sasc, por exemplo, o Cred Amigo, o MTE, o Banco do Nordeste” (Representante de EAF).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade, a apresentação dos dados advindos da população envolvida no movimento de Economia Solidária reafirma a relevância da discussão acerca de experiências populares como importante contributo para análise e compreensão da própria história de lutas e conquistas dos movimentos sociais de modo mais amplo. Por tudo isto, apesar da carência de posições firmes ou consolidadas (no sentido de que são mutáveis e evolutivas), afirma-se que a instalação do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí se impõe como conquista importante para o movimento de ES e para os movimentos sociais, ao promover o incremento para empreendimentos econômicos e solidários e para entidades de apoio e fomento e instâncias governamentais, o que conduz, sempre, à consolidação da economia local e sustentável.

Apesar da carência de posições firmes ou consolidadas, no sentido de que são elas mutáveis e evolutivas, e de lacunas persistentes no contexto do FMEPS – TE, decerto, importantes passos já estão concretizados, em especial, no que concerne ao diálogo e à participação tão caros à luta da Economia Solidária na capital Teresina. Dito de outro modo, a consolidação do FMEPS – TE encontra-se em processo e, por enquanto, ocorre preponderantemente no campo político e não no plano econômico, como antes mencionado. Tal fato decorre, possivelmente, do conhecimento insuficiente da legislação, da prática incipiente de comercialização e de problemas no exercício do relacionamento com os técnicos especializados, os quais primam por linguagem específica e, com frequência, inacessível às coletividades envolvidas.

Porém, é inconteste que o aprendizado principal ocorre com a fixação de parcerias com as organizações de ES da capital, Estado e esfera federal (organizações governamentais e não governamentais), de forma dialogada e participativa. Ou seja, o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí propicia o estreitamento da relação entre movimento e poder público, ocorrendo também

maior aproximação com instituições públicas, a exemplo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Sasc, Semest, Senaes e, portanto, do próprio Ministério do Trabalho e Emprego, contribuindo com a construção de nova visão de produção e de relações de trabalho, reforçando a premência de economia baseada na solidariedade, cooperação, autogestão e no respeito ao meio ambiente e bem-estar do ser humano.

Registre-se, por fim, que o processo ora apregoado não significa a conquista de tudo que o movimento busca ou mesmo represente a simplificação tecnológica das ações e serviços prestados. Configura-se, sim, como passos fundamentais e estratégicos em direção à adoção de uma política pública coerente com os princípios constitucionais em vigor, a fim de consolidar novo paradigma que efetive a Economia Solidária como outra sociabilidade possível, além de elemento facilitador da democracia em Teresina e, por conseguinte, no Piauí e no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Camillo Filho, especialmente à Diretoria Acadêmica/Coordenadoria Pedagógica/Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Coordenadoria do Curso de Serviço Social, em especial, à coordenadora Maria Veralúcia Leite Nogueira.

Ao Secretário Municipal de Economia Solidária de Teresina, Olavo Braz, e ao Professor Luís Gonzaga, em nome de todos que compõem a Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina.

A Ribamar Oliveira, Érica Soares, Maria das Graças Targino, Cláudio Roberto Moraes, este último, coordenador geral do Fórum Municipal, assim como a todos os membros da entidade e à sua secretária executiva Cristina Rocha.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, J. L. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- _____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova [...] diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Seção 1.
- DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1988.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de princípios da economia solidária. In: PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., 2003, Brasília. *Anais eletrônicos...* Disponível em:
- <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 05 out. 2015.
- _____. Relatório final. In: PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5., 2013, Brasília. *Anais...* Brasília: [s.n], 2013. P. 28.
- _____. *Economia solidária: outra economia acontece*. Brasília, [20--].
- FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PIAUÍ. *Histórico*. 2014. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/index2>>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ. *Ata de criação do Fórum*. Teresina, 2014a.
- _____. *Regimento interno do fórum*. Teresina, 2014b.
- PIAUÍ (Estado). Decreto n. 14.748, de 10 de fevereiro de 2012. Regulamenta a Lei Estadual n. 6.057, de 17 de janeiro de 2011. *Diário Oficial [do] Estado do Piauí*, Teresina, 2012. Seção 1.
- _____. Lei Ordinária n. 6.057, de 17 de janeiro de 2011. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Piauí e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado do Piauí*, Teresina, 2011. Seção 1.
- SINGER, P. A Economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2005. P. 13-20.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- _____. SILVA, R. M. da; SCHIOCHET, V. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no plano Brasil sem miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da (Org.). *O Brasil sem miséria*. Brasília: MDS, 2014. P. 425-445.
- SOUSA, R. M. S. *Conferências de saúde: Intermediação de Interesses no município de Teresina – Piauí*. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____; TEIXEIRA, T. S. Fortalecimento da participação social em economia popular solidária: estruturação do Fórum Municipal de Teresina – Piauí. In: SOUSA, R. M. S.; BARBOSA, A. M. (Org.) *Fazer acadêmico*. Teresina: Faculdade Ademar Rosado, 2015. P. 198-211.
- TARGINO, M. das G. Práticas culturais como elementos intervenientes nas políticas culturais. In: GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G.; MACEDO, E. F. de (Org.). *Políticas e práticas culturais*. João Pessoa: EDUEPB, 2014. P. 70-98.
- WANDERLEY, L. E. W. Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 109, p. 5-30, jan./mar. 2012.